

**Entre as Antropologias do Brasil e de Angola:
notas de um percurso de pesquisa**

**Between the Anthropologies of Brazil and Angola:
notes on a research path**

**Entre las Antropologías de Brasil y Angola:
apuntes de un camino de investigación**

Yérsia Souza de Assis¹

Resumo: Este texto se concentra em uma parte da minha pesquisa de Doutorado realizada em Angola, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto. Me atenho as experiências vivenciadas lá, enquanto antropóloga negra brasileira. Muitas foram as questões que emergiram acerca da Antropologia do Brasil que construiu minha formação quando aproximadas a Antropologia produzida em Angola. No jogo relacional entre ser antropóloga brasileira e pesquisar sobre Ciências Sociais em/de Angola, entrelugares foram se apresentando, apontando caminhos e constituindo as contingências da pesquisa. O texto se divide em quatro momentos: saída do Brasil chegada em Angola; em seguida, apresento um pouco do percurso feito na Faculdade de Ciências Sociais e o curso de Antropologia desta Faculdade, e o que isso garantiu, que etnografia foi essa, e como ela se organizou; posteriormente, ponto como retornei ao Brasil, e finalizo pensando quais possibilidades podem ser pensadas para esse percurso que ainda não findou. Faço uso de material de campo arquivado: memórias do diário de campo, e algumas descrições sobre os espaços transitados, perguntas lançadas nas interlocuções e na rotina do campo. Nesse itinerário coube pensar as relações entre as projeções educacionais a partir do Brasil em direção à Angola,

projeções que conferem ou não pontes de interlocução e diálogos para as Antropologias desses países.

Palavras-chave: Angola. Brasil. Ensino Superior. Antropologia. Ciências Sociais.

Abstract: This text focuses on a part of my PhD research developed in Angola, at the Faculty of Social Sciences of the Agostinho Neto University. I focus on the experiences lived there, as a black Brazilian anthropologist. There were many questions that emerged about the Anthropology of Brazil that built my training when approaching the Anthropology produced in Angola. In the relational game between being a Brazilian anthropologist and researching on Social Sciences in and from Angola, between places were presented, pointing out paths and constituting the contingencies of the research. The text is divided into four moments: leaving Brazil and arriving in Angola; then, I present a little of the path taken at the Faculty of Social Sciences and the Anthropology course of this Faculty, and what this guaranteed, which ethnography was this, and how it was organized; later, I point out how I returned to Brazil, and I end up thinking about what possibilities can be thought for this journey that has not yet ended. I work with archived field material: recollections of the field diary, and some descriptions of the visited spaces, questions raised in the interlocutions and in the field routine. In this itinerary, it was necessary to think about the relationships between educational projections from Brazil towards Angola, projections that confer or not bridges of interlocution and dialogues for the Anthropologies of these countries.

Key words: Angola. Brazil. Anthropology. University education. Social Sciences.

Resumen: Este texto se centra en una parte de mi investigación de doctorado realizada en Angola, en la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Agostinho Neto. Me concentro en las experiencias vividas allí, como antropóloga brasileña negra. Fueron muchas las preguntas que surgieron sobre la Antropología de Brasil que construyeron mi formación al acercarme a la Antropología producida en Angola. En el juego relacional entre ser antropóloga brasileña e investigar en Ciencias Sociales en y desde Angola, entre lugares fueron presentados, señalando caminos y constituyendo las contingencias de la investigación. El texto se divide en cuatro momentos: salida de Brasil y llegada a Angola; luego, presento un poco del camino recorrido en la Facultad de Ciencias Sociales y la carrera de Antropología de esta Facultad, y qué fue lo que garantizó, qué etnografía fue esta, y cómo se organizó; luego, señalo cómo regresé a Brasil, y termino pensando en qué posibilidades se pueden pensar para este viaje que aún no ha terminado. Hago uso de material de campo archivado: recuerdos del diario de campo, y algunas descripciones de los espacios transitados, interrogantes planteados en las interlocuciones y en la rutina de campo. En este itinerario, fue necesario reflexionar sobre las relaciones entre las proyecciones educativas de Brasil hacia Angola, proyecciones que confieren o no puentes de interlocución y diálogos para las Antropologías de estos países.

Palabra- Claves: Angola. Brasil. Antropología. Enseñanza superior. Ciencias Sociales.

Oh! Consciência

[...] Possuo o meu próprio ritmo, e como humana realizo muito pouco dos meus desejos; mas somente o fato de desejar já realizei parte de mim e do mundo, o instante pleno da felicidade, nos caminhos tortuosos que ainda são os caminhos...²

Da Universidade Federal de Santa Catarina à Universidade Agostinho Neto...

A tarefa de estudar o campo de ensino superior, sendo uma jovem pós-graduada sempre me faz recordar do ensinamento de Gilberto Velho sobre o ‘observar o familiar’. Mesmo sendo o mundo universitário nem sempre tão familiar às pessoas negras (hooks, 2019; GOMES, 2017; GONZALEZ, 2018), seja no Brasil, e seja também em outras partes do mundo.

Depois de passar pela Graduação, Mestrado e Doutorado consigo de algum modo perceber o ambiente universitário como familiar, como alguma coisa para chamar de ‘meu’. Neste percurso, me sinto uma ‘nativa relativa’ de Castro (2002). Me sentia entre ser uma nativa do espaço acadêmico, onde meu próprio percurso se constituía, ao mesmo tempo que acionava formas de estranhar e questionar o espaço acadêmico.

Nesses estranhamentos e observações ao contexto universitário, que estou inserida, saltam aos olhos aspectos sobre a quantidade de pares, pessoas que concluem a pós-graduação, o estranhamento também percorre os quantitativos referentes a comunidade discentes negra, como também o número de docentes: poucos, ou quase nenhum. E, quando colocamos as lentes do gênero, o que fica notório é que os números se tornavam ainda mais ínfimos: poucas colegas negras, e quase nenhuma docente negra. Esse quadro também se repete quando penso em colegas oriundos do continente africano e, também professoras e professores de origem africana.

Considero importante pontuar esse fato, pensando que o campo universitário é um espaço de disputas e, os instrumentos educacionais podem ser utilizados como aparatos de transformação ou garantia às manutenções do poder, como explica Gusmão (2011). Entendo assim, que atestar esse dado e discutir a interface que põe em contraste presença negra no ensino superior e a universidade como espaço de reprodução de desigualdades ajuda a entender o porquê que a universidade no Brasil recebeu tão pouco a comunidade negra, seja como comunidade de pessoas, seja no caráter disciplinar/pedagógico/epistemológico.

Cabendo a pergunta, que está se tornando clássica e, também multidimensional: quantas/os professoras/es negras/es passaram pelas trajetórias escolares da comunidade

discente do ensino superior brasileiro? Quantas autorias negras foram lidas, inseridas, debatidas e pensadas nos planos de aula, nos processos de formação da comunidade discente brasileira? Para não deixar escapar o horizonte do meu próprio campo, da minha área de formação: Quantas/os professoras/es negras/os antropólogos estão localizados em cursos de graduação e pós-graduação no Brasil? Qual a porcentagem de textos e autorias negras que são contempladas nos programas, planos de cursos e currículos dos cursos de Antropologia?

Não tenho possibilidade de oferecer respostas a todas as perguntas lançadas e, amplamente ventiladas pelos grupos – cada vez mais – organizados de estudantes negras e negros no ensino superior como asseveram Guimarães, Rios e Sotero (2020) ao discutirem as reivindicações e aspirações dos grupos de estudantes negras/os no ensino superior. Mas, posso endossar a necessidade de questionar quais caminhos foram oferecidos ao ensino superior brasileiro e, como tem se tornado fundamental rever e repensar as condições raciais, sociais e epistemológicas da educação superior na sua interface racializada.

Com isso, podemos observar as indicações do papel reprodutor de disparidades raciais e sociais no campo da educação. Por isso, o espaço universitário também é disputado e reivindicado pela comunidade negra e, muitos são os processos que começam a garantir uma inserção mais sistemática da comunidade negra no ensino superior, com impactos e consequências diversos, inclusive no âmbito da produção de conhecimentos.

Atualmente com a maior presença desses grupos, e sua entrada de modo sistemático, somado ao avanço em políticas de ações afirmativas na pós-graduação são iniciadas outras frentes de pensar e organizar as iniciativas acadêmicas, as parcerias institucionais, e mesmo determinadas condições começam a ser percebidas como preponderantes nos projetos de pesquisas empreendidos. Neste ponto, considero que a pesquisa realizada e seus desdobramentos como este texto, por exemplo, são ilustrações desses novos ânimos que ocupam a universidade pública brasileira.

Os ânimos e as iniciativas se relacionam diretamente com as disputas e os conflitos que surgem. Criando assim, um arranjo que questiona desde modos de fazer pesquisa até quais condições garantem uma pesquisa ou não. No meu caso, sendo uma jovem negra pós-graduada em Antropologia pensava em quais elementos poderiam garantir um percurso de pesquisa que fosse satisfatório e, respondesse aos critérios estabelecidos para Pós-Graduação. Considero que minha condição de mulher negra é dentro do conjunto de contingências, a mais significativa.

Vale lembrar que a condição de gênero e sua relação com a antropologia tem aproximações históricas, seja pela perspectiva do gênero como conceito que contribui para escolas teóricas (MEAD,1976), passando por outros debates mais especializados acerca da

categoria (STRATHERN, 2006). Seguindo em perspectivas que se coligam gênero e feminismo. No Brasil, existem produções que relacionam gênero e sua interface com a antropologia. Muitas são as elaborações etnográficas que pensam o gênero, e o abordam como significante central no desenvolvimento do argumento antropológico proposto. Mas, considero recente a equação que toma a experiência de gênero, ou seja, mulheres antropólogas em campo, como um denominador que catalisa o que poderá ser uma experiência no campo (BONETTI e FLEISCHER, 2007). São ainda mais recentes, as propostas que consideram relevante a condição de mulher negra no fazer científico.

Neste sentido, recuperar textos e argumentos de autoras e intelectuais negras, funciona, primeiro como um alerta para uma produção que foi construída, embora invisibilizada, mesmo que dentro de um cenário de humanidades, e não necessariamente na Antropologia. E segundo, nos leva mais uma vez a pensar sobre as opções e prioridades de conhecimentos feitas pela Ciência brasileira e, aqui mais particularmente, o trabalho antropológico do Brasil. Nos fazendo pensar assim, quais questionamentos emergem quando se faz a triangulação raça, gênero e produção antropológica.

No meu caso, penso nos ajustes que fiz no campo, ora apenas pela condição de antropóloga, ora pela condição de antropóloga negra, quais critérios e ferramentas foram necessários de serem acionados para que eu construísse uma relação com o campo, no limite, como pensar o jogo relacional do campo diante desta condição: mulher e negra.

Entendo que é o jogo relacional que se estabelece a todo tempo no campo, jogo este, que também sustenta as relações que atravessam quem promove o fazer etnográfico e outro ali implicado, como discute Grossi (1992). Contudo, a partir do instante que observamos essa trajetória e trabalho de campo localizada pelo gênero e pela raça notamos que outros sentidos surgem e, mais do que isso, questionamentos são lançados ao próprio modo entendido e ofertado como campo, ou como o que é interpretado como o ‘mundo comum’ do trabalho etnográfico. Mas como explica Pereira (2020), os últimos decênios nas ciências sociais do Brasil serviram também para uma ampliação de perfis que se opõe ao que chamo aqui, de “*mundo comum*” das ciências sociais brasileiras, que em outras palavras quer dizer: um universo branco, masculino e sudestino. Demonstrando assim, que existem outras travessias que implicam em outras produções etnográficas.

Considerarei apontar essa interface que compõe a minha própria trajetória, considerando que essas implicações contagiam a minha condição de antropóloga negra, e indo além, me fazendo ser parte desses dilemas que situam e localizam as ciências sociais no Brasil, e especialmente a Antropologia, logo, circunscrevem a minha pesquisa, como a realizei, e os resultados dela. O meu trabalho partiu da Universidade Federal de Santa Catarina/Brasil

(UFSC) e, aportou na Universidade Agostinho Neto/Angola (UAN), meu interesse estava orientado em compreender as dinâmicas que envolvem a educação superior no Brasil e em Angola, e o que esses processos educacionais indicavam sobre as noções da África e seus assuntos correlacionados.

Para este texto, faço uma aproximação com o campo da Antropologia angolana produzida na UAN, em vistas de pensar essas condições que atravessaram a minha prática antropológica no continente africano. Ao longo do texto, vou apresentando quais aspectos da UAN através da sua Faculdade de Ciências Sociais, oferecendo destaque a Antropologia. Para isso, revisito a pesquisa de campo realizada e, pondero sobre as Ciências Sociais/Antropologia no Brasil e em Angola.

Alguns caminhos percorridos na Antropologia

Considero importante ressaltar que o papel exercido pela Antropologia em interface com Continente Africano remonta a própria constituição da origem da disciplina, suas primeiras escolas teóricas, com algumas continuidades. Mas, especialmente, com rupturas, críticas e abandonos, como discute Costa (2018). Neste imenso volume de materiais produzidos há uma relação ambígua entre aquilo que pode ser considerado como contribuições valiosas, e outro tanto número de registros com finalidades precárias, que só contribuíram para endossar estereótipos e fortalecer preconceitos.

Me refiro a uma Antropologia que foi também aparelho colonial, onde estive em franca operação para contribuir/auxiliar as metrópoles nas suas políticas de dominação, e de denominação. Pois, sabemos que o muito do denominar colonial era alimentado pelo repertório e gramática compostos pelas pesquisas etnográficas. Em alguns casos, não era interesse do etnógrafo/antropólogo, mas como em muitos momentos essas pesquisas estavam diretamente envolvidas nas políticas coloniais, os seus usos também se davam assim: qualificar o outro a partir de uma gramática racializada, evolucionista/biologizante, excludente, e binarista, e que trabalhou com o racismo científico para justificar as ações coloniais.

Atualmente, o cenário se organiza mais objetivamente em face de oferecer contribuições a partir de olhares atentos e dispostos a dissipar os estereótipos, mas, principalmente, colaborar nas abordagens teóricas e metodológicas. Do Brasil, vale destacar que há um grande escopo de trabalhos que pensam a África. Trabalhos que oferecem diversas contribuições para distintas áreas do saber. Além da relação histórica de aproximação intelectual feita especialmente por pensadoras e pensadores negros e negras (NASCIMENTO,

2016). Contudo, mesmo diante dessas dinâmicas que estão em pleno desenvolvimento, me deparei na realização do trabalho de campo com questionamentos sobre como ainda a comunidade científica brasileira observa e produz sobre o continente africano de modo distante e, às vezes, estático.

Me impelindo a ter uma postura atenta, para não incorrer em alheamentos ao tratar da temática. Para que assim, não direcionasse o meu campo ao encontro dos equívocos ou reproduções reflexivas imprudentes. Tornando assim, meu trabalho de campo uma resposta prática as reflexões apontadas por Hountodji (2008), quando discute sobre o conhecimento africano. Essa resposta prática se filia, portanto, a perspectiva antropológica que se compreende não mais colonial.

Entendo assim, que a Antropologia enquanto prática, reflexão e contribuição acadêmica as sociedades do mundo saiu desse lugar colonial faz muito tempo, e tem feito muitas autoavaliações, autocríticas e revisitado textos, ementas, e mesmo clássicos pensando como melhor organizar esse arcabouço histórico-teórico situando-o em seus contextos, e avaliando seus desdobramentos. Ainda assim, são muitas as desconfianças que envolvem uma pesquisa etnográfica no continente africano, especialmente, em contextos em que os processos de Independência são ainda recentes, tal como é em Angola.

Neste itinerário, eu fui constantemente interpelada sobre: “*O que eu sabia sobre Angola?*” “*O que eu sabia sobre África?*”, subjacente a essas perguntas também estavam questionamentos que buscavam interpelar que tipo de Antropologia eu faria ao etnografar a Faculdade de Ciências Sociais. Qual Antropologia eu me propunha ao conversar e entrevistar a comunidade acadêmica, quais impressões marcavam assim, as relações que eram estabelecidas.

Esse desenho, ou espectro, acontecia também pela marca ainda indelével da Antropologia como aliada colonial, e o Brasil ainda como um interlocutor acadêmico distante. Aponto também que as perguntas feitas em vários momentos funcionavam sempre excedendo apenas a colocação da definição do lugar de quem deve saber o que estava pesquisando. Funcionavam, sobretudo, como um convite para conhecer a Faculdade de Ciências Sociais (FCS), ouvir suas estórias, apreender suas histórias, se acostumar com suas sociabilidades, aprender com os seus modelos de ensino e aprendizagem, compreender os seus processos pedagógicos.

Neste contexto é que me apresento à comunidade da FCS: aluna de pós – graduação em Antropologia do Brasil. Com uma proposta de pesquisa na capital, dentro da universidade. Uma das perguntas que me fez pensar sobre essa condição da Antropologia foi o questionamento, antes mesmo, de que eu pudesse continuar a minha justificativa para estar em

Angola, era: *'quanto tempo vais fazer em Luanda?'*. Supondo assim, que por ser uma pesquisa em Antropologia, eu necessariamente iria para alguma Província em Angola estudar parentesco, filiações matrimoniais ou processos estritamente *'étnico - culturais'*.

Explicava que a pesquisa aconteceria em Luanda, e ali mesmo na FCS. Demonstrava que estava interessada em conhecer um pouco mais do cotidiano acadêmico, e entender como esses processos ali poderiam ajudar em algumas compreensões sobre como o próprio Brasil estava constituindo e organizando a sua própria produção interna sobre o continente africano.

Além disso, em algumas dessas conversas eu evidenciava que era uma experiência muito significativa para mim, como estudante negra, estar em universidade onde majoritariamente as pessoas eram negras, entre docentes e discentes. E mesmo o Brasil, sendo um país com vasta presença negra, essa mesma presença não era sentida no ensino superior, e muito menos na pós-graduação brasileira. Evidenciava isso para marcar muito mais uma posição brasileira, do que necessariamente para *'classificar'* a experiência angolana no seu ensino superior.

O desafio se concebia como também pensar o ensino superior em Angola e no Brasil sem me enveredar nas expectativas primárias, e como negociar o campo a partir desses muitos atravessamentos que estruturam o universo que transitaria/transitei: antropologia de passado colonial, gênero/lugar da pesquisadora. Essa minha condição de gênero e racial, fazem emergir questionamentos como: Qual tipo de pesquisador/a Angola em geral recebe/recebeu? Que perfil é esse? Um exercício é pensar cinco nomes entre as/os expoentes das Ciências Humanas/Sociais que pensam o continente a partir do Brasil. Possivelmente se chegue em nome de homens, brancos e dos centros de pesquisa Centro – Sul do Brasil.

Sendo, portanto, também necessário problematizar quem teve possibilidades de desenvolver pesquisas e, quem vem podendo realizar investigações mais atualmente e, o que essas investigações provocam em ambientes universitários em franca consolidação, seja em Angola mais genericamente, seja no Brasil neste campo específico, em que Estudos africanos e afro-brasileiros são feitos a partir ou através de pesquisadoras e pesquisadores negras e negros. Por fim, é importante lembrar que Angola é uma jovem nação, com seus processos políticos³, sociais, culturais, linguísticos⁴, étnicos em pleno processo de conformação, e que tem buscado intensamente pensar sobre si seja internamente, seja nas suas relações externas Kajibanga (2009).

Angola e as Ciências Humanas: alguns apontamentos

Angola é um país em intensa ebulição, com dinâmicas próprias recentes, como explicam Candembo e Carvalho (2013). Neste sentido, são atuais as perspectivas internas que buscam se concentrar em outros pontos do tecido social angolano para além da ideia de guerra, e agora de paz. A paz trouxe outros desafios ao país, e também estimulou a possibilidade de retomada de projetos que ficaram a meio do caminho, sendo um deles, a própria consolidação de um sistema de ensino universitário robusto, interligado e que estivesse presente nas diversas regiões do país. A retomada de um sistema educacional superior nacional implica diretamente em pensar como fortalecer redes de pesquisas com docentes, pesquisadores, linhas de atuação com resultados materializados em obras, solidificação de categorias reflexivas com contribuições para produção de conhecimento interno, com efeitos externamente também.

O sistema universitário angolano é jovem, o campo acadêmico em Angola tem sua primeira fase ancorada nos idos da década de 60 com a instalação dos Estudos Gerais Universitários de Angola, primeira iniciativa por parte do governo colonial na implementação do ensino superior no território angolano. Posteriormente será denominada de Universidade de Luanda, e com a Independência terá sua estrutura modificada, além de ter sua denominação alterada para Universidade de Angola, se tornando Universidade Agostinho Neto (UAN) apenas em 1985.

Assim sendo, a Faculdade de Ciências Sociais da UAN é uma jovem unidade orgânica acadêmica, fundada primeiro em associação a Faculdade de Letras que, um ano após o final da guerra civil, a partir da última reforma acadêmica⁵ do ensino superior em 2003, passou a ser denominada de Faculdade das Humanidades. Posteriormente, em 2009 é desvinculada e passa a ser mais uma das unidades orgânicas autônomas no quadro de Faculdades vinculadas a UAN.

A Faculdade de Ciências Sociais tem 13 anos de existência, os cursos oferecidos são: Antropologia, Ciência Política; Comunicação Social; Geodemografia; Gestão e Administração Pública; História; Psicologia; Sociologia; Gestão das Organizações; Gestão de Recursos Humanos; Gestão Empresarial; Investigação e Intervenção Social; Ciência Política e Administração Pública. Na modalidade Pós-Graduação, existem Mestrados na área de Sociologia e Psicologia Social e um Doutorado em Ciências Sociais. Desde sua fundação, o curso de Antropologia está vinculado, sendo atualmente a única instituição a ofertar essa formação.

Na trajetória da atual UAN, cursos, áreas e centros foram incorporados, a partir da possibilidade de fomentar um projeto educacional para Angola e a UAN vai se consolidando.

Nesse percurso de escolhas e opções na aderência do que deveria ser ensinado, quais áreas deveriam ser fomentadas e, onde haveria investimentos e direcionamento de recursos. No que tange o campo das Ciências Humanas e Sociais, a relação de consolidação desta área se deu através do descarte e desincentivo.

É de destacar a posição, por parte do Estado Angolano em ser contrário ao ensino das Ciências Sociais, como explica Kajibanga (2009), que “(...) no início da década de 1990, a sociologia estava proibida de ser ensinada na Universidade e nas instituições de ensino médio, por alegada carga ideológica contrária aos desígnios do ainda projectado Estado de direito.” (KAJIBANGA, 2009, p. 197). Kajibanga (2009), portanto, auxilia na compreensão de que existia uma resistência política à consolidação das Ciências Sociais em Angola. Este fato é fundamental para compreendermos a historiografia da educação angolana na sua relação com as Ciências Sociais e Humanas. Essa informação permite decifrar também quais seriam as razões que ampararam a morosidade da implantação de uma Faculdade de Ciências Sociais, que só irá acontecer nos idos de 2009/2010.

O percurso que tem orientado a Antropologia como área e disciplina em Angola, foi feito de modo aproximado a própria área da Sociologia, com iniciativas que uniam esforços entre as duas áreas, inclusive antes mesmo da fundação do curso de graduação. Em 1993 Angola fundou sua primeira associação de sociólogos e antropólogos chamada AASA que lançou apenas uma revista chamada *Ngola*. Revista de Estudos Sociais que posteriormente são montadas associações específicas como a SASO⁶, como relata Kajibanga (2009).

Outra data importante para Antropologia em Angola é o ano de 2011 com o lançamento da *Mulemba*, Revista Angolana de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais que no seu primeiro volume teve como título “Prática antropológica, fator de desenvolvimento”. Um reconhecimento da importância que a disciplina teria no avanço na promoção do desenvolvimento nacional. Nesta mesma revista existem diversos textos que pensam a condição antropológica em Angola. Destaco aqui, o registro feito por Aço (2011) sobre a Primeira Jornada Científica de Antropologia, documento que narra e guarda de forma escrita o evento e sua relevância. Um evento que contou com participantes internos e externos, deixando um saldo altamente positivo, como narra Aço (2011),

Cuidamos, na nossa opinião, que as 1.as Jornadas Científicas de Antropologia foi um exercício útil e que deve ser repetido anualmente, pois teve como mérito adicional, para além dos preciosos saberes adquiridos, tornar mais coeso o colectivo de estudantes de um curso, que por razões de horário, poucas vezes se encontram e têm oportunidade de trocar opiniões sobre as matérias que vêm estudando e que, felizmente, provocam dúvidas, sem poder realizar a análise destes com os companheiros de escola e os seus docentes e outros especialistas, enriquecendo o conhecimento e a preparação para vida profissional. (AÇO, 2011, p. 183).

A avaliação de Aço (2011) denota um reconhecimento explícito à formação antropológica que deve ser engendrada na Faculdade de Ciências Sociais, um curso que deve oferecer os estudantes formação que os garanta posteriormente um bom alcance profissional. Porém, o que pode ser notado é um esvaziamento deste sentimento, e mesmo, a falta generalizada de recursos impediu um estabelecimento da disciplina e da área. Vale abrir um parêntese e assinalar a importância do professor Samuel Aço na consolidação da Antropologia em Angola, nas suas diversas fases. Antropólogo ligado a pesquisas no Sul de Angola, sobretudo, no Deserto, reconhecido entre seus pares internos e externos da Antropologia, e também de outras áreas, não é de surpreender que este registro acerca das Jornadas de Antropologia é de sua autoria.

Pelas suas diversas atuações para Antropologia em Angola é importante fazer o apontamento que faço, indicando em verdade, a indispensável intenção de escrever futuramente sobre esse intelectual, em vistas de que acessar a biografia dele, é acessar também uma outra parte da história da antropologia em Angola. O professor Aço, infelizmente, faleceu em 2014, ficando os materiais produzidos, e também os trabalhos desenvolvidos em conjunto com sua esposa e também antropóloga Teresa Aço⁷. Pensar sobre essas fases e a atuação desses personagens é também observar como os quadros da Antropologia em Angola se sublinham. Neste ponto, considero que a Antropologia em Angola carece de outros impulsos e estratégias de aderências, além de exercícios de revisitar o percurso feito até o presente momento.

Diferente do Brasil, em Angola o sistema de ensino das Ciências Sociais⁸ são desmembradas, sendo Sociologia, Antropologia e Ciência Política, disciplinas e áreas autônomas. Em Angola, o prestígio que a Sociologia e a Ciência Política levam é um pouco mais evidente que a Antropologia, considero essa desigualdade de prestígios seja ocasionada por algumas razões: primeira delas, é a própria ideia que a Sociologia e a Ciência Política são ciências sociais lidas como modernas/urbanas, e por isso, não são vinculadas ao empreendimento colonial; segundo ponto, destaco que sendo essas ciências consideradas modernas, podem ajudar o país em suas questões atuais, propondo soluções e tematizando assim com propriedade acerca dos problemas que são enfrentados, seriam portanto, ciências respeitadas para bons usos às urgências do país. O prestígio também se evidencia quando são várias as universidades privadas em Angola que ofertam as licenciaturas em Sociologia e em Ciência Política.

No último censo escolar⁹ que tive acesso há um dado que revela o lugar que ainda está ‘acontecendo’ para Antropologia em Angola: apenas quatro estudantes concluíram a Licenciatura em Antropologia. Há uma baixa aderência a essa graduação/licenciatura, e um

dos sentidos que justificam seria ainda um ‘sentimento’ direcionado a disciplina, especialmente, atrelado ao passado colonial. Além disso, a função da/o antropóloga/o não é bem definida, se tornando um campo profissional pouco atrativo, e mesmo com baixa remuneração. Mesmo que Angola conte com um Museu de Antropologia, um Museu Nacional da Escravatura, equipamentos públicos que fazem interface direta com a Antropologia.

Toda forma, esses são iniciativas que fundam e organizam a Antropologia em Angola, e do ponto de vista epistemológico são importantes, pois se juntam ao movimento das Ciências Humanas no continente africano (ELA, 2013; HOUNTONDI, 2008) e em outras partes do mundo (WALKER, 2018). Movimentos estes que tem reivindicado uma revisão densa e precisa das produções sobre África e suas diásporas. Essas mobilizações acabam também por exigir da Antropologia “mundial” outras posturas e modulações nas interlocuções estabelecidas com o continente.

Retornar: entre revisitar o percurso e reconhecer o campo

O retorno de Angola significou a segunda fase da pesquisa, em uma universidade brasileira, no Nordeste. A Universidade Federal de Sergipe foi escolhida, principalmente, por ter sido um espaço universitário que eu já havia desenvolvido pesquisa de campo no mestrado e na graduação. Considero o retorno como um momento de revisão da minha trajetória até ali, e de que poderia fazer uma pesquisa que se pretendia em franco diálogo com o continente africano. O regresso ao meu país também me fazia lembrar que a distância geográfica também se transmutava em distância acadêmica, educacional, de acesso e de circulação sobre obras, autorias, conteúdos, contextos e modelos de aprender e ensinar sobre o continente africano.

Pensar sobre isso, era também assim, pensar a minha condição de formação, o meu acesso até ali, me questionando até se estaria apta a desenvolver uma pesquisa que envolvia um país do Continente africano quando na minha própria formação eu quase não acessei materiais de modo sistemático sobre a temática em questão. Fazendo esse exercício de estudo sistemático a partir do Doutorado numa agenda extracurricular, possibilitada, especialmente, pela biblioteca do NUER¹⁰.

Me interessa nesse momento apontar como retornar de Angola funcionou como um momento impulsionador de perguntas e observações atentas a paisagem universitária que me inseria nesta segunda fase de campo. As perguntas iam em direção de questionar as ementas dos cursos de graduação que acompanhava na pesquisa de campo até observar que a IEs em

questão não tinha nenhum espaço no seu campus que fizesse referência direta a comunidade negra do Estado, e do município onde a universidade está situada¹¹. Me questionava como não havia pensado nisso antes, e que apenas depois da experiência de campo em Angola é que me ‘alertei’ para essas questões.

Comecei a pensar por que uma desatenção sobre o ensino produzido no Continente Africano, especialmente, o ensino nos Palops¹², onde o compartilhamento do idioma português permite uma aproximação mais efetiva, e nisso incluo o desconhecimento às publicações acadêmicas. Vale ressaltar, que com advento dos sites acadêmicos de pesquisa há maior facilidade em acessar periódicos ou outros textos publicados, e mesmo com esses mecanismos existe uma efetiva distância. Aqui não me concentro nesses pontos, e os trago com a finalidade de ilustrar como se reformularam as perguntas que me fizeram revisitar a minha própria formação na Antropologia e o que ela gerou academicamente.

Entre revisitar e fazer o percurso, era impelida a reconhecer a escassez que ainda organiza a formação antropológica brasileira em interface com o continente. Neste ponto, retomo a elaboração sobre distinguir a presença africana nos conteúdos antropológicos e a absorção de reflexões antropológicas africanas nos currículos de formação.

Em outras palavras, vemos o continente africano como elemento de muitas pesquisas, mas quase não lemos obras ou acessamos autorias africanas. Implicando assim, em que África conhecemos, e como reproduziremos isso, seja em pesquisas de campo para os que se coligam com esse mote de atuação, seja como abordaremos a temática em sala pensando que invariavelmente o Continente Africano é ponto de leitura, e por isso, de formação, a partir de etnografias, especialmente, as clássicas. Como Soares (2019) sublinha ao pensar como elaborar conteúdos sobre antropologia nas suas turmas da UNILAB¹³ e quanto esse processo releva questões ligadas a discutir que lugar o cânone antropológico ocupa na interface com África. Soares (2019) questiona assim, como devemos abordar essa Antropologia que nos foi ensinada.

Neste ponto, retomo a pergunta que já destaquei no começo deste texto, extraída das interpelações do campo: *O que você sabe sobre Angola? O que você sabe sobre África?* Adicionando uma outra interpelação: *O que eu sabia sobre a Antropologia em/de Angola? O que eu sabia sobre Antropologia em África?* O percurso da pesquisa, e as trajetórias que foram se construindo em campo sinalizaram essas outras camadas que me fizeram repensar a formação, os cânones, e mesmo os conceitos de África, aos quais eu poderia vincular a pesquisa. Observando assim o continente africano na emergência de questões entre conhecimentos sobre África, através de África e os produzidos em África, como ensina Hountondji (2008). Direcionando para que se compreenda como essas tradições de

aproximação brasileira com os conteúdos e as interpretações sobre o Continente africano sejam interpeladas e negociadas.

Kuxinganeka¹⁴: entre devires¹⁵ e contingências

Pensando o Brasil e a sua ‘tradição’ acadêmica sobre África e suas diásporas estamos diante de um campo em formação com desdobramentos muito específicos, e de expectativas múltiplas. Onde diversos agentes¹⁶ ocupam lugares importantes, lugares que incluem uma exigência de interlocução, resposta ou reconhecimentos, especialmente nos últimos anos. Nesses percursos misturam-se expectativas, carências, demandas por respostas que preencham as memórias coletivas e individuais dos diversos grupos negros/afro-brasileiros que formam esse vasto Brasil de herança africana. Sendo que, boa parte dessas requisições buscam ser respondidas pela educação, pelos processos educacionais. E a Antropologia também é demandada em oferecer conteúdos, respostas e compreensões acerca da temática.

No campo da educação, a ‘ponta de lança’ que se substancia, ou substancializa no Brasil a temática de África e seus legados, especialmente com a lei 10.639¹⁷ pelas diversas qualificações que esse posicionamento legal do Estado passa a oferecer. A inauguração, por assim dizer, de um sistema, de um conjunto organizado de escopos sobre África e seus legados começa a se organizar a partir dessa lei. Fruto dos esforços e articulações promovidos pelos Movimentos Sociais Negros. Contudo, diferente de outras políticas educacionais tão complexas quanto, ou seja, que exigiram engenhosidades e iniciativas específicas, a inserção da educação para relações étnico-raciais não mobilizou esforços com tanta intensidade.

Considero que temos ainda mais demandas que resoluções, vide ainda a baixa aderência, por exemplo, em muitos cursos de graduação de disciplinas obrigatórias que contemplem a temática, e poucos programas de pós-graduação especializados, inclusive nas Ciências Sociais, e na Antropologia, mais especificamente. Somado a isso, existe uma tensão produzida entre o lugar de construir esse campo e quais tipos de respostas ele deve oferecer/ofertar.

Essa tensão ganha outra camada, onde se posiciona o lugar racializado de quem produz e elabora pesquisas e resultados, produzindo saberes e conhecimentos. Aqui mais precisamente, a ciência antropológica em interface em alteridade da raça como componente central é observada através de outras perspectivas, como ensina Pereira (2020). A evidência disto é que cresceu o número de pesquisadoras negras brasileiras pesquisando no continente, pesquisando em Angola¹⁸. Outras camadas sobre as questões que vinculam raça, alteridade, gênero entre Brasil e Angola emergem, e mais possibilidades analíticas surgem. Permitindo,

por exemplo, que mais questionamentos sejam feitos acerca da antropologia brasileira em interface com o continente africano.

Ao revelar um pouco desses percursos e, como consequência, interpretar sobre quais itinerários a minha pesquisa de campo se aproximou busquei refletir sobre quais dinâmicas estão sendo elementos na composição do universo da Antropologia no Brasil e em Angola. Nessas travessias busquei me distanciar de maniqueísmo, essencialismos e reducionismos. Perscrutando assim, um percurso em que se viabilize imaginar outras formas e investimentos nas relações entre as Antropologias do Brasil e de Angola.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Yérsia. **África e seus legados: entrecruzando Brasil e Angola nos caminhos do ensino superior**. 261f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234541>. Acesso em 09 de setembro 2022.

BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya. Introdução. Diário de campo. (Sempre) um experimento etnográfico-literário?. In: BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya (Orgs.). **Entre Saias Justas e Jogos de Cintura**. Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC, 2007.

CANDEMBO, Silva; CARVALHO, Paulo de. O calar das armas foi a principal conquista da Paz. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 11, p. 122-129, jun., 2013.

FERNANDES, Mille Caroline Rodrigues. **De Angola à Nilo Peçanha: Traços da Trajetória Histórica e da Resistência Cultural dos Povos Kongo/Angola na Região do Baixo Sul**. 2020. 260f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2021/03/MILLE-FERNANDES-2020-REVISADO-SEM-MARCAS-RETORNO-05-de-marco-de-2021-1-1-compactado.pdf>. Acesso em 09 de setembro de 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Léila. **Primavera para Rosas Negras: Léila Gonzalez em primeira pessoa**. UCPA – União dos Coletivos Pan-Africanistas (Orgs.); São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GROSSI, Miriam Pillar. Na Busca do “Outro” Encontra-Se A “Si Mesmo”. In: GROSSI, Miriam Pillar (Org.). **Trabalho de campo & subjetividade**. Publicação do Grupo de Estudos de Gênero e Subjetividades – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas (UFSC), 1992.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A; RIOS, Flavia; SOTERO, Edilza. COLETIVOS NEGROS E NOVAS IDENTIDADES RACIAIS. **Revista Novos estudos** - Dossiê Raça, desigualdades e políticas de inclusão. CEBRAP: São Paulo, v. 39, n.2, p. 309-327, mai-ago, 2020.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. África e Brasil no mundo acadêmico-Diálogos cruzados. In: COSTA, Ana Bénard da; BARRETO, Antónia (Orgs.). Anais do **COOPEDU – Congresso Portugal e os PALOP Cooperação na Área da Educação**. Lisboa: Editora CEA, ISCTE-IUL, v. 2, p. 283-299, 2011. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3012/1/Gusm%c3%a3o_COOPEDUI_4.7.pdf. Acesso em 09 de setembro 2022.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n. 80, p. 149-160, out., 2008.

KAJIBANGA, Vítor. Sociologia em Angola: paradigmas clássicos e tendências actuais. **Revista Angolana de Sociologia**, Luanda, n. 4, p. 1-16, 2009.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. **Os Bakongo de Angola: religião, política e parentesco num bairro de Luanda**. 184f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Serviço de Comunicação Social (FFLCH/USP), São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001439572>>. Acesso em 09 de setembro de 2022.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. Alteridade e raça entre África e Brasil. **Revista de Antropologia**. V. 63, n.2, p. 1-14, 2020.

SEVERO, C. G.; SASSUCO, D. P.; BERNARDO, E. P. J. Português e línguas bantu na educação angolana. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 43, p. 290-307, jan-jun, 2019.

SANTOS, Jacqueline Lima. **Imaginando uma Angola pós-colonial: a cultura HipHop e os inimigos políticos da Nova República**. 314f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas/São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_2b7317bc70721a8a765da6edd6bdd2eb>. Acesso em 09 de setembro de 2022.

SILVA, Dayane Augusta Santos da. **Na cobertura da retaguarda: mulheres angolanas na luta anticolonial (1961-1974)**. 417f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43515/1/2021_DayaneAugustaSantosdaSilva.pdf . Acesso em 09 de setembro de 2022.

SILVA, Santa Julia. **O Reino do Bailundo e os modos de viver e narrar as tradições:**

fragmentos de uma Angola Contemporânea. 250f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas/São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/teses/2020/09/29/o-reino-do-bailundo-e-os-modos-de-viver-e-narrar-tradicoes-fragmentos-de-uma> . Acesso em 09 de setembro de 2022.

STRATHERN, Marylin. Um lugar no debate feminista. In: STRATHERN, Marylin. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Tradutor André Villalobos. Campinas/São Paulo: Editora Unicamp, 2006.

SOARES, Maria Andrea dos Santos. On the Colonial Past of Anthropology: Teaching Race and Coloniality in the Global South. **Humanities** , v. 8, n. 88, p. 1-12, 2019.

Recebido: 03-09-2022

Aprovado: 31-10-2022

Publicado: 30-11-2022

Notas:

¹ Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Concentra seus interesses de pesquisa nas temáticas de antropologia da educação, produção do conhecimento entre Angola e Brasil, modelos de ensino e aprendizagem; educação para relações étnico-raciais. E-mail: versiasouza@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-0722-490X>

² NASCIMENTO, Maria Beatriz. Oh! Consciência. In: NASCIMENTO, Maria Beatriz. Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África. 2018.

³ Angola é independente desde 1975. Sucessivas guerras civis acontecerem no pós – Independência. Alguns desses enfrentamentos colocaram o país em situações de fragilidade política, e subdivisões que dificultaram processos que olhassem o país a partir de um processo nacional coeso ou interrelacionado. A situação começa a tomar novos contornos com o fim da guerra civil em 2002, e o considerado início da paz. Desde 2002 não sucederam mais guerras, ou crises políticas com desfechos militares em Angola. O período atual é considerado, em comparação com a data do pós Independência a fase mais longa de paz.

⁴ Com o reconhecimento às línguas originárias em Angola emergem-se as questões vinculadas as incorporações dessas línguas no sistema de ensino, como discutem Severo, Sassuco e Bernardo (2019) ao analisarem as políticas linguísticas no território angolano.

⁵ Em outubro de 2020 a Faculdade de Letras é reformada e passar a ser denominada Faculdade de Humanidades. A reforma acadêmica foi garantida pelo decreto presidencial 285.

⁶ Saso: Sociedade Angolana de Sociologia.

⁷ O casal Aço fundou o CEDO – Centro de Estudos do Deserto, localizado na província do Namibe. Atualmente, Teresa Aço tem buscado revitalizar as atividades outrora realizadas, sejam as vinculadas as pesquisas ou as ações junto aos povos do Deserto.

⁸ No Brasil em algumas universidades observamos cursos de Antropologia e/ou Sociologia ou Ciência Política. Porém o número maior de graduação são as em Ciências Sociais.

⁹ Anuário Estatístico do Ensino Superior, ano 2015. Ministério do Ensino Superior validado pelo INE – Instituto Nacional Estatística /Angola.

¹⁰ NUER – Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Fundado em 1986 como desdobramentos de pesquisas realizadas comunidades negras no Sul do Brasil. Para mais informações sobre o Núcleo, acessar: <https://nuer.ufsc.br/>

¹¹ Aqui, apenas me refiro ao campus central, o campus universitário [suprimido].

¹² Palops são os Países Africanos de Língua Portuguesa. Nomeadamente Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com a inclusão desde 2011, da Guiné Equatorial.

¹³ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A UNILAB é uma das instituições de ensino superior fundadas nas mudanças que acontecem na educação brasileira pós 2003. Uma universidade que se projeta em um compromisso de diálogo entre Brasil e o Continente Africano, representado especialmente, pelos PALOps, mas não esgotando o dialogo nesses países. Uma universidade que tem em sua comunidade discente e docente muitas pessoas de origem africana, e tem afrodescendentes do Brasil. Com uma proposta pedagógica engajada em pensar questões africanas, afro-brasileiras e afrolatinas a Unilab se consolida como um outro tipo de universidade e de formação universitária.

¹⁴ Kuxinganeka: Imaginar na língua kimbundo (SANTOS, 2016, p. 35).

¹⁵ Aqui uso o vocábulo devir em um dos seus sentidos mais estritos: como um vir a ser, uma transformação, mudança. Não alcançando assim, as outras possibilidades que o vocábulo carrega nos debates das Ciências Humanas.

¹⁶ Penso agentes como: Movimentos Sociais Negros, Povos de Terreiros, Povos de Cultura Popular Tradicionais, Coletivos e mais atualmente os coletivos de estudantes cotistas em graduação, e pós-graduação, para citar alguns.

¹⁷ Lei 10.639 que instituiu a obrigatoriedade do Ensino de História e cultura afro-brasileira e africana na rede pública e privada de ensino básico.

¹⁸ Aqui cito Dayane Augusta (2021); Jaqueline Santos (2019); Mille Fernandes (2020) e Santa Júlia (2020). De áreas distintas das Ciências Humanas, que desenvolveram suas pesquisas de doutorado em Angola.